



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 340/2016

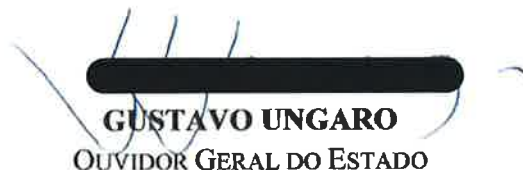
1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, sobre parceria com associação com vistas à implantação do programa Foco Aprendizagem.
2. Em resposta, a Secretaria prestou informações sobre a ação Foco Aprendizagem, fornecendo, em recurso hierárquico, diversos documentos a respeito de parceria com a Associação Parceiros da Educação. Na sequência, a interessada interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em síntese, o questionamento inicial desdobrava-se em dois pontos: (i) acesso aos documentos relativos à parceria com a associação privada; (ii) informações sobre a existência ou não de parcerias com outras pessoas físicas ou jurídicas no âmbito da mesma ação.
4. Após diversas comunicações com o Serviço de Informações ao Cidadão da Secretaria da Educação (fls. 12/15), constata-se que ambos os quesitos foram adequadamente respondidos. Com efeito, em relação ao primeiro ponto, a Pasta disponibilizou a íntegra do convênio, termos de aditamento e, inclusive, planos de trabalho, franqueando ainda consulta presencial direta ao expediente (fl. 16). Quanto ao segundo questionamento, a Secretaria informou que não há atuação de outras pessoas físicas ou jurídicas na implantação do Foco Aprendizagem, atendendo com isso ao questionamento suscitado.
5. Verifica-se, portanto, que houve adequado atendimento ao pedido original, ofertando-se todas as informações e documentos solicitados, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput, da Lei n. 12.527/2011. Não há que se falar, portanto, em negativa de acesso à informação apta a ensejar reforma da decisão exarada pela Pasta.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Diante do exposto, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei Federal n. 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 28 de dezembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO